

HABEAS CORPUS Nº 569.471 - SP (2020/0076652-3)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : PAULO SERGIO SEVERIANO
ADVOGADO : PAULO SERGIO SEVERIANO - SP184460
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : HELIO NOSE (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO INDEFERITÓRIA DE LIMINAR EM OUTRO *HABEAS CORPUS* NA ORIGEM, AINDA NÃO JULGADO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DA SÚMULA N.º 691 DA SUPREMA CORTE. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de HELIO NOSE contra decisão indeferitória de provimento urgente do Desembargador Relator do HC n.º 2054743-28.2020.8.26.0000, em trâmite no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Depreende-se dos autos que o Paciente está preso desde o dia 29/10/2018, "*foi condenado a 15 anos e 10 meses de reclusão, em regime inicial fechado, por infração aos artigos 333, parágrafo único, nos termos do artigo 71, do Código Penal, artigo 1º, "caput", c.c. o § 4º, da Lei n. 9.613/98, artigo 2º, "caput", c.c. os §§ 3º e 4º, inciso II, da Lei n. 12.850/2013, bem como a 10 meses de prisão simples, em regime aberto, por incurso no artigo 58, "caput", do Decreto-Lei n. 6.259/44, por diversas vezes*" (fl. 74), por chefiar núcleo gerencial da organização criminosa, com auxílio de sua filha e do seu genro, praticando a administração do jogo do bicho e das finanças da organização espúria, por meio de uma empresa de transporte reputada de "fachada" com o fito de imprimir licitude aos valores obtidos com a contravenção penal.

O feito aguarda julgamento de recurso de apelação.

A Defesa solicitou ao Juízo de primeiro grau a prisão domiciliar, afirmando que o Paciente faz jus ao benefício, nos termos da Recomendação n.º 62/2020 do Conselho Nacional da Justiça, que trata da adoção de medidas preventivas à

propagação da infecção pelo novo coronavírus no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo.

O pedido foi indeferido.

Novo pedido de prisão domiciliar foi protocolado junto ao Juízo do processo, que novamente indeferiu a prisão domiciliar, fazendo referência a decisão anterior, aduzindo que (fl. 70):

"Este magistrado se solidariza com o quadro de aflição e de preocupação vivenciado pelo subscritor da peça de fls. 01/03, porém, como bem salientado pelo Parquet, o caso trazido a lume não se subsume às hipóteses autorizadoras da flexibilização da segregação cautelar do réu.

A propósito, não há evidência documental de que o acusado se insere efetivamente no grupo de vulneráveis do COVID19, tampouco de que o estabelecimento prisional no qual se encontra recolhido apresenta indicativos de contágio sistêmico, não havendo se falar, portanto, na caracterização das condições previstas no art. 318 do CPP.

Oportuno salientar que a Recomendação nº 62 do CNJ não contempla a possibilidade de revogação indiscriminada da custódia cautelar.

Bem por isso, e apegando-me aos argumentos expendidos às fls. 49/51 a título de fundamentação per relationem, é que entendo por indeferir o pedido em tela."

Irresignada com essa decisão, a Defesa impetrou o writ originário.

O Desembargador indeferiu o pedido de liminar (fls. 74-75), ressaltando que *"a presente impetração é repetição, em sua essência, do habeas corpus n. 2054680-03.2020, possuindo iguais argumentos e objetivo (prisão domiciliar)".*

Ressalto que anterior negativa de benefício da prisão domiciliar já foi objeto de impugnação no HC n.º 569.263/SP, liminarmente indeferido, em decisão da minha lavra.

No presente writ, mais uma vez, o Impetrante aduz que o Paciente está no grupo de risco, por ser idoso, fazendo jus à prisão domiciliar ou a concessão de medidas cautelares diversas da prisão do art. 319 do Código de Processo Penal, o que busca em liminar e no mérito.

É o relatório. Decido.

Consoante o posicionamento firmado pela Suprema Corte e por este Tribunal Superior, não se admite *habeas corpus* contra decisão negativa de liminar

proferida em outro *writ* na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

É o entendimento sedimentado na Súmula n.º 691/STF ("*não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*"), aplicável, *mutatis mutandis*, a este Superior Tribunal de Justiça (AgRg no HC 447.280/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 01/06/2018; AgRg no HC 446.100/PR, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 21/05/2018; AgRg no HC 444.105/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 21/05/2018; AgRg no HC 376.599/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 12/06/2018).

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, deve preponderar a necessidade de se garantir a efetividade da prestação da tutela jurisdicional de urgência para que flagrante constrangimento ilegal ao direito de liberdade possa ser cessado – tarefa a ser desempenhada caso a caso.

Todavia, esse atalho processual não pode ser ordinariamente usado, senão em situações em que se evidenciar decisão absolutamente teratológica e desprovida de qualquer razoabilidade, na medida em que força o pronunciamento adiantado da Instância Superior, suprimindo a competência da Inferior, subvertendo a regular ordem do processo.

Na hipótese em apreço, não constato excepcionalidade que possa ensejar a superação da vedação sumular acima referida, uma vez que a Corte *a quo* indeferiu o provimento urgente com fundamentação idônea, como se vê (fls. 74-75), *in verbis*:

"A notícia de acometimento de apineia não é condição que o torne mais vulnerável ao eventual contágio e a decisão combatida está bem fundamentada.

As autoridades custodiantes têm condições de apreciar os casos específicos e de tomarem a medida administrativa adequada.

Frise-se que, ao que tudo indica, a presente impetração é repetição, em sua essência, do habeas corpus n. 2054680-03.2020, possuindo iguais argumentos e objetivo (prisão domiciliar), sendo indeferida a liminar na presente data."

Diante do que registrado acima, não há como se reconhecer, de plano,

ilegalidade patente que autorize a mitigação da Súmula n.º 691 do Supremo Tribunal Federal, cuja essência vem sendo reiteradamente ratificada por julgados do Pretório Excelso e deste Superior Tribunal de Justiça.

De fato, flexibilizar a prisão preventiva visando preservar a saúde do preso depende da análise do real estado de saúde do Paciente e das condições do estabelecimento prisional, que não pode ser feita na via de cognição sumária da liminar em *habeas corpus*.

O simples fato de o Paciente se enquadrar no grupo de risco não lhe garante a revogação automática da prisão preventiva, devidamente fundamentada na garantia da ordem pública, mormente após a condenação à longa pena privativa de liberdade.

Destaco que a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça já afastou a tese de constrangimento ilegal na prisão preventiva do Paciente, antes da condenação, no julgamento do HC n.º 493.022/SP, da minha relatoria, nos termos da seguinte ementa:

"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CONTRAVENÇÃO PENAL DO 'JOGO DO BICHO'. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, LAVAGEM DE DINHEIRO E CORRUPÇÃO ATIVA. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. REITERAÇÃO CRIMINOSA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INSUFICIÊNCIA, NO CASO. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.

1. *O Paciente, preso desde o dia 29/10/2018, foi denunciado pela prática dos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro e corrupção ativa, sob acusação de chefiar núcleo gerencial da organização criminosa, com auxílio de sua filha e do seu genro, praticando a administração do jogo do bicho e das finanças da organização espúria, por meio de uma empresa de transporte reputada de 'fachada' com o fito de imprimir licitude aos valores obtidos com a contravenção penal.*

2. *Segundo se extrai dos autos, após a consecução das medidas investigatórias deferidas nos autos da investigação, descobriu-se a existência de organização criminosa com o objetivo de promover lavagem de capitais oriundos do jogo do bicho, inclusive através do pagamento de vantagens indevidas a Policiais Civis a título de recompensa por contribuírem para a preservação do esquema criminoso, que possui ramificação em diversos municípios de São Paulo, bem como no Estado de Goiás.*

3. *A prisão preventiva foi decretada para a garantia da ordem pública, a instrução criminal e da aplicação da lei penal, diante da*

Superior Tribunal de Justiça

gravidade concreta do delito e da real possibilidade de reiteração criminosa e de interferência na apuração dos fatos, uma vez que o Paciente chefiava organização criminosa responsável pela prática de crimes em larga escala, com auxílio de integrantes da Polícia Civil corrompidos. Tal fundamentação, nos termos da jurisprudência desta Corte, é apta a justificar a imposição da medida extrema.

4. *O Supremo Tribunal Federal já externou ser "idôneo o decreto de prisão preventiva quando assentado na garantia da ordem pública, ante a periculosidade do agente, evidenciada não só pela gravidade in concreto do delito, em razão de seu modus operandi, mas também pelo risco real da reiteração delitiva" (STF, HC 128.779, Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 20/09/2016, publicado em 05/10/2016.)*

5. *Demonstrada pelas instâncias ordinárias, com expressa menção à situação concreta, a presença dos pressupostos da prisão preventiva, não se mostra suficiente a aplicação de quaisquer das medidas cautelares alternativas à prisão, elencadas na nova redação do art. 319 do Código de Processo Penal, dada pela Lei n.º 12.403/2011.*

6. *Habeas corpus denegado.*" (DJe 30/04/2019).

Assim, não havendo notícia de que o Tribunal *a quo* tenha procedido ao exame meritório, reserva-se primeiramente àquele Órgão a apreciação da matéria ventilada no *habeas corpus* originário, sendo defeso ao Superior Tribunal de Justiça adiantar-se nesse exame, sobrepujando a competência da Corte *a quo*, mormente se o *writ* está sendo regularmente processado.

Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora